

# Desenvolvimento Rural e Instituições: Normas Jurídicas e Propriedade da Terra em Portugal

Seminário Ibérico: Combate à Desertificação, Abandono Rural e Despovoamento – Intervenções Raianas

Idanha-a-Nova, 21 Janeiro 2011

Maria de Fátima Ferreiro  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa  
Dinâmia-CET, Lisboa

# Sumário

- Introdução e questões de partida
- Economia, terra e propriedade
- Normas jurídicas da propriedade da terra em Portugal: traços e tendências
- Propriedade e desenvolvimento rural: conclusões e pistas de investigação



# Introdução e questões de partida




- Propriedade: tema central no debate sobre desenvolvimento rural e desertificação
  - Em que consiste o direito de propriedade?
  - Qual a configuração geral deste direito no ordenamento jurídico português e em particular nos domínios que mais directamente se articulam com a propriedade da terra usada em contexto rural?
- Destaque para a questão do abandono da terra na análise crítica do ordenamento jurídico

# Economia, terra e propriedade



- A especificidade da terra enquanto dádiva da natureza (p.e., John Stuart Mill)
- Noção responsabilizante do direito de propriedade que envolve a terra (direitos e deveres recíprocos)
- Propriedade privada e bem comum (económico, social, ético)
- Centralidade das normas jurídicas na definição da propriedade

# Normas jurídicas da propriedade da terra em Portugal: traços e tendências



- Constituição da República Portuguesa – garantia do direito de propriedade e enquadramento de restrições (p. e. abandono)
- Código Civil – faculdades do direito de propriedade e identificação de algumas restrições (p. e. abandono)
- Outras fontes normativas

Política fiscal (IMI): penalização do abandono

Ambiente e ordenamento do território: constituição de reservas territoriais (p.e., RAN, REN, Rede Natura)

PAC: eco-condicionalidade e abandono

# Propriedade e desenvolvimento rural: conclusões e pistas de investigação



- Aspectos essenciais do tema da propriedade no debate sobre o desenvolvimento rural e a desertificação:
  - Compatibilização entre um direito “subjectivo” e o bem comum
  - Direito de propriedade como componente fundamental de qualquer processo de desenvolvimento rural
  - Crescente valorização da dimensão pública da propriedade da terra: consideração de formas alternativas de propriedade e gestão
  - O abandono da terra não tem merecido a atenção e o tratamento devidos: definição de abandono; cadastro rústico
  - Desenvolvimento rural como dinamização responsável dos territórios: definição e implementação efectiva de normas; ética responsabilizante (a propriedade não é um direito absoluto)

# Propriedade e desenvolvimento rural: conclusões e pistas de investigação



## – Síntese

Escrutínio das abordagens jurídicas, políticas e éticas que transformem a propriedade da terra num instrumento de promoção do desenvolvimento dos territórios rurais em Portugal

# Desenvolvimento Rural e Instituições: Normas Jurídicas e Propriedade da Terra em Portugal

Seminário Ibérico: Combate à Desertificação, Abandono Rural e Despovoamento – Intervenções Raianas

Idanha-a-Nova, 21 Janeiro 2011

Maria de Fátima Ferreiro  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa  
Dinâmia-CET, Lisboa